



DA CNI AO SISTEMA “S” - O PENSAMENTO HEGEMÔNICO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

FROM CNI TO THE “S” SYSTEM - THE HEGEMONIC THOUGHT OF THE NATIONAL INDUSTRY CONFEDERATION

ARTIGO

Odilson Sebastião da Silvaⁱ

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: odilsonsilva@gmail.com

Ângela Fátima da Rocha

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT
E-mail: angela.rocha@ifmt.edu.br

RESUMO:

O presente artigo trata-se uma pesquisa bibliográfica que investiga a obra da área de ensino, fundamentada na Tese de doutorado de José dos Santos Rodrigues, UNICAMP, 1997, com recorte para a Educação Profissional e Tecnológica. Tem como objetivo identificar e analisar o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, a partir das propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao longo de seus primeiros 60 anos de existência e como ela continuou a se estruturar e expandir seus domínios nos anos que sucederam. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa Bibliográfica. A análise permite entender a CNI como o “príncipe industrial”, a fração mais importante do partido ideológico da burguesia brasileira, usando conceitos como padrão de acumulação fordista e flexível para rastrear o pensamento pedagógico da CNI. Os princípios teóricos que respaldam a investigação versam sobre pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, destacando a evolução das concepções pedagógicas da CNI ao longo do tempo e sua relação com o contexto político e econômico do país. Os resultados alcançados indicam que em termos gerais o estudo enfatiza a importância de compreender as continuidades e rupturas das propostas educacionais da CNI, superando a ausência de análise histórica do processo de construção dessas concepções. Para garantir a hegemonia educacional industrial e CNI, se baseia em uma tríade educacional: SENAI, SESI e IEL. **Palavras-chave:** EPT. Burguesia industrial brasileira. Hegemonia industrial. CNI.

ABSTRACT:

This article is bibliographical research that investigates the work in the area of teaching, based on the doctoral thesis of José dos Santos Rodrigues, UNICAMP, 1997, with a focus on Professional and Technological Education. It aims to identify and analyze the pedagogical thinking of the Brazilian industrial bourgeoisie, based on the proposals of the National Confederation of Industry (CNI), throughout its first 60 years of existence and how it continued to structure itself and expand its domains in the years that happened. The methodological procedures adopted were bibliographic research. The analysis allows us to understand the CNI as the “industrial prince”, the most important fraction of the ideological party of the Brazilian bourgeoisie, using concepts such as Fordist and flexible accumulation patterns to track the CNI's pedagogical thinking. The theoretical principles that support the investigation deal with the pedagogical thinking of the Brazilian industrial bourgeoisie, highlighting the evolution of the CNI's pedagogical concepts over time and their relationship with the country's political and economic context. The results achieved indicate that in general terms the study emphasizes the importance of understanding the continuities and ruptures of the CNI's educational proposals, overcoming the lack of historical analysis of the process of constructing these conceptions. To guarantee industrial and CNI educational hegemony, it is based on an educational triad: SENAI, SESI and IEL.

Descriptors: Keywords: EPT, Brazilian industrial bourgeoisie, Industrial hegemony, CNI

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma revisão bibliográfica que traz apontamentos sobre a tese de doutorado de José dos Santos Rodrigues, UNICAMP, 1997, e a recente obra 'Brasil 200 anos de independência: A Indústria e o Futuro do Brasil', lançado pela CNI em 2022. Tem como objetivo identificar e analisar o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, a partir das propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao longo de seus primeiros 60 anos de existência e como ela continuou a se estruturar e expandir seus domínios nos anos que sucederam.

O presente estudo pretende entender a CNI como o “Moderno príncipe industrial”, a fração mais importante do partido ideológico da burguesia brasileira, usando conceitos como padrão de acumulação fordista e flexível para rastrear o pensamento pedagógico da CNI, Rodrigues (1998). O objetivo final é construir um quadro ordenado e articulado do pensamento pedagógico da CNI, revelando suas continuidades, rupturas, contradições e paradoxos. Segundo Fausto (2002), é salutar destacarmos a influência da Revolução de 1930, que introduziu o moderno espírito urbano-industrial no Brasil, promovendo a industrialização e a proteção dos trabalhadores urbanos por meio de uma aliança de classes promovida pelo Estado.

A implantação do parque industrial brasileiro, ocorreu em um momento que chamamos de capitalismo tardio, isto porque o Brasil foi a última nação da América Latina a abolir a escravidão, e conseqüentemente, não buscou sair desse modo de exploração da mão de obra escravocrata, assim acabou perdurando as relações de expropriação dessa força produtora. Enquanto a Europa, América do Norte e Ásia conseguiram uma rápida transição para o modo de produção capitalista, o Brasil demorou um pouco mais e só deu os primeiros passos com a crise da bolsa de valores de Nova York em 1929, e com o fim da república do ‘café com leite’ e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, Fausto (2002).

Segundo Rodrigues (1998), a transição da oligarquia cafeeira para a burguesia industrial, se deu principalmente pela criação da CNI (1938), e, neste artigo apelidada de o ‘Moderno Príncipe Industrial Brasileiro’. A expansão da indústria brasileira vai trazer à tona o rápido avanço na proletarianização das relações trabalhistas, sobretudo com a vinda das montadoras de veículos para a região conhecida como ‘ABC paulista’.

Até a fase política conhecida como Estado Novo Fausto, (2002), que foi de 1937 a 1945, a Educação no Brasil, era basicamente eclesiástica, ficando restrita à apenas uma pequena minoria da população. A partir de 1942, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, editou o decreto 4.048, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e o Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; bem como, o Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial. Essas medidas ao lado de outras importantes, foram cruciais para o fortalecimento da educação profissionalizante, Fausto (2002).

Este artigo, então, discorre como que a partir da criação do SENAI, a CNI passou a ter papel fundamental na formação de trabalhadores, para operacionalizar esse modelo de exploração econômica que a indústria se tornou ao longo das décadas, até se consolidar como a mais importante representante da classe burguesa do Brasil. Mostra também como instituições como o Serviço Social da Indústria (SESI), SENAI e Instituto Euvaldo Lodi (IEL), se consolidaram na formação de trabalhadores, ditando quais conteúdos e conceitos deveriam ser trabalhados para conseguir um trabalhador que se adaptasse ao seu modo de produção, Rodrigues (1998).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente texto parte de uma revisão da literatura, sobre temas relevantes do papel que a CNI desempenhou nos seus primeiros 60 anos de existência e também nas últimas 4 décadas, tendo como base a obra de Rodrigues (1998), em cuja tese de doutorado nos apoiamos para ir além dela, com outras contribuições que possam realçar o mundo do trabalho e as relações do processo educativo no que se refere a Educação Profissional e Tecnológica. Analisei também a recente obra 'Brasil 200 anos de independência: A Indústria e o Futuro do

Brasil', lançado pela CNI em 2022.

Antunes (2003) explica que a relação homem e trabalho é muito mais complexa do que possa parecer, porque nela estão presentes elementos que vão além da simples representação simbólica, permeando ao mundo real, onde ideologias, discursos hegemônicos e práticas reprodutivas de dominação e exploração do homem pelo homem se fazem presente. O trabalho não se dá apenas em um contexto físico e geográfico, mas intrínseco quanto as relações sociais das quais o próprio trabalho se advém.

A cerca do mundo do trabalho, percorremos um caminho que vai da indústria cafeeira, com práticas rudimentares às primeiras plantas industriais que usam métodos modernos de produção. Essa passagem do modo de produção totalmente agrário para o modo industrial, fez surgir um novo homem. Até então o homem escravo, o trabalhador rural, não vivia do trabalho e sim para o trabalho. Este novo homem que surge com as máquinas será aquele que irá viver do trabalho e não mais para o trabalho. Para se sustentar com o seu trabalho o novo homem agora precisa de algo até então nem tanto significativo para a sua realidade social, o salário. Passamos a ter então a figura do assalariado. (Fausto, 2002).

Para Marx (1998), o trabalhador passa a vender aquilo que possui de maior valor, a sua força de trabalho. Entretanto essa relação de compra e venda não se dá de modo equânime, pois aquele que vende não detém os meios de produção, ou seja, será sempre o lado mais fragilizado, e aquele que compra tem por objetivo aferir lucro. Surge assim, uma dualidade antagônica nessa relação entre aquele que vende a sua força de trabalho para garantir a subsistência e aquele que a compra com o objetivo de conseguir mais valia.

Se essa relação entre a venda da mão de obra e sua compra, seria digamos desfavorável àquele que a vende, então por que vendê-la? A resposta está pautada nas necessidades naturais do homem. Enquanto seres humanos precisamos de alimentos, vestimentas, calçados, habitação entre tantas outras necessidades. Para satisfazê-las o trabalhador precisa do capital. O valor do trabalho se altera à medida que seu emprego produz mercadorias e serviços que permitam àquele que o comprou conquistar mais valia ou lucro. A relação entre trabalho e seu valor está ligado diretamente a disponibilidade da procura e oferta de mão de obra. Quanto maior a disponibilidade de mão de obra, menor o valor recebido pelos trabalhadores. (Antunes, 2003).

A esse respeito Antunes (2015), enfatiza que o valor do trabalho é subjetivado pelo valor da produção fundada no próprio trabalho, e que esta relação segue sendo pautada na magnitude do fator preponderante que é a produção de riquezas, logo, se o valor de troca deixa de ser o valor agregado de mercadorias e serviços, esse tempo de trabalho acaba perdendo o seu real valor.

Um fator preponderante nessa relação trabalho e remuneração está centrado no quesito qualificação profissional. O trabalhador para adaptar-se ao modo de produção capitalista necessitou de ampliar seus conhecimentos. Mézszaros (2005), diz sobre a educação e o trabalho:

A educação institucionalizada, serviu no seu modo, ao propósito não só de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. Mézszaros, (2005, p. 35).

A educação no Brasil, inicialmente coordenada pelos jesuítas, tinha como finalidade principal a catequização dos indígenas e a expansão da fé católica. Esse quadro perdurou dos primeiros anos da colonização até 1759, quando o então Marques de Pombal, convenceu o rei de Portugal D. José I, a expulsar os Jesuítas portugueses de suas colônias. Esse acontecimento mudou o curso da educação tanto em Portugal, quanto nas colônias. No Brasil ficou instituído nesse período as chamadas aulas régias. Tais aulas eram ministradas por professores leigos. (Carneiro, 2017).

Quase dois séculos mais tarde, a educação no Brasil ainda era muito precária, ministrada quase exclusivamente pelas ordens franciscanas e carmelitas. A educação em geral tinha um caráter preparatório para a elite que ia estudar na Europa. (Carneiro, 2017).

De acordo com Carneiro (2017), a educação brasileira, ganha destaque com a proclamação da república e a constituição de 1891, que entre outras providências tratou de proclamar o estado laico, e a educação sofre influências das ideias positivistas de Augusto Conte, dando uma ênfase maior para as ciências exatas em detrimento do pensamento filosófico e das artes, referendado pelo decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, que tratou de estabelecer metas para a educação primária e secundária.

Esse quadro sofre grande transformação a partir de 1930. Surge nesse período a nova classe social que começa a os moldes da nossa sociedade pelos ditames da Educação: A Burguesia Industrial. Desta forma, a burguesia industrial, então, ganha seus primeiros contornos a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Nesse período foi criado o ministério do Trabalho, indústria e comércio. Começava assim os primeiros ensaios de industrialização do país. A Constituição de 1934, trouxe aspectos importantes não só na consolidação do modelo industrial, como também da sindicalização dos trabalhadores e também versou sobre os sindicatos patronais. (Rodrigues, 1998).

Em 1930 também foi criado o Ministério dos Negócios Educação e Saúde, que tinha, entre outras, a missão de dar início ao processo de se tornar pública e gratuita a educação no Brasil. A Constituição de 1934 trouxe em seu corpo um artigo que colocava a educação básica como um direito de todos, (Carneiro, 2017).

Mas foi em 1932, que surgiu o primeiro manifesto pela educação pública no país. Influenciados pelas ideias de John Dewey (1859-1952), que defendia uma abordagem pedagógica nova, centrada na contextualização e não mais na memorização tradicional. Pensadores como Anísio Teixeira (1900 -1971), Fernando Azevedo (1894-1974) e Lourenço filho (1897-1970) assinaram juntamente com outros 26 intelectuais, um documento que fora redigido por Azevedo, e que ficou conhecido como o 'Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova', cujo texto defendiam não só a gratuidade do ensino, como também a sua universalização, (MEC, 2010).

Conforme Rodrigues (1998) foi nesse cenário de oportunidades, na nova educação brasileira, que surgiu a CNI; e, com a criação do SENAI em 1942, a CNI entra definitivamente no campo educacional, para através do seu pensamento Pedagógico se tornar o Moderno Príncipe Industrial.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Dessa forma, através da leitura de artigos e livros, que versam sobre o tema e sobretudo fazendo uma profunda análise a partir da tese de Rodrigues (1998); consegui, fazer alguns apontamentos sobre os quais acho pertinente discorrer, sobretudo, em como a CNI se tornou importante no cenário econômico e político do país. Surgem, então, as seguintes indagações: Como a CNI assume o papel de formar os trabalhadores para mão de obra industrial? Como o modelo de produção fordista e flexível impactaram as propostas pedagógicas da CNI a longo de sua existência? Como instrumentos como SENAI, SESI e IEL se tornaram ferramentas de empoderamento da CNI? (CNI, 2022).

Para buscar resposta a tais questionamentos, fazemos uso da revisão bibliográfica, fundamentado pela contribuição de Marconi e Lakatos (2003), que apontam a pesquisa bibliográfica como o método mais indicado para este tipo de artigo; tendo em vista que partirmos de obras ou artigos já publicados como esses dois que estamos analisando. Fazendo uso desse método mostraremos como a CNI continuou a expandir seus horizontes e sobretudo sua influência, tanto no campo educacional, quanto nos acontecimentos políticos do país nos seus mais de 80 anos de existência. (Lakatos, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CNI é a consolidação do sonho do primeiro grande industrial brasileiro: Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá (1822-1889). Visionário que era, Mauá não chegou a ver a expansão da indústria brasileira, porém, o legado deixado por ele inspirou outros grandes industriais, (Caldeira, 1995).

A CNI surge em um momento que o Brasil buscava uma nova matriz econômica após o declínio da indústria cafeeira. No campo político o país passava por um momento de incertezas pois um ano antes da sua criação, em 1937, Getúlio Vargas sob o pretexto de erradicar a ameaça comunista, dá um golpe de Estado, dissolve o congresso e passa a governar por decretos.

É nesse período denominado Estado Novo, que em 1938, foi criada a CNI. (CNI, 2022).

Inicialmente surge modesta com quatro confederações, e sem o viés educacional. Mas diante da ameaça de Getúlio Vargas em entregar a formação dos trabalhadores aos cuidados dos sindicatos de trabalhadores, a CNI aceita o desafio de qualificar aqueles que iriam trabalhar na implantação da indústria de base brasileira, e entra em definitivo na formação dos novos trabalhadores, (Rodrigues, 1998).

Segundo Andrade (CNI, 2022), a criação do SENAI, em 1942, e do Sesi, em 1946, mostram a capacidade de articulação de seus dois maiores líderes, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Os primeiros anos da indústria nacional correspondem ao período da implantação da indústria de base, cuja primeira fase, vai de 1930 a 1945. Neste ponto do artigo, observamos que nesse primeiro momento industrial está inserido os moldes de produção '*taylorista e fordista*', isto porque a chamada indústria de base foca na produção em escala massiva, com concentração de estoques e voltada para fabricação de matérias primas.

Esse primeiro momento industrial brasileiro está ligado a aspectos educacionais decorrentes da visão hegemônica que Gramsci (1991) aponta como um modelo de pragmatismo econômico, focado no acúmulo de produção, onde um operário não necessita de ter grandes conhecimentos, ou seja, basta saber apertar um parafuso sobre uma porca. Neste modelo bastava que os operários soubessem ler e escrever para estarem aptos para atuar nas linhas de montagens. O *fordismo* baseava-se na linha de montagem de fluxo contínuo, com a separação das partes de montagem e o uso de máquinas de alta precisão, o que alavancou a produção e reduziu o esforço dos trabalhadores, e ao mesmo tempo, exigia-se um trabalhador com pouca escolaridade.

A Reforma do ensino brasileiro, através da lei orgânica do ensino industrial de 1942, conhecida como a reforma Capanema, possibilitou que o recém criado SENAI, pudesse entrar de fato na formação de trabalhadores e se fortalecer nos anos seguintes. Hoje em dia o SENAI, já formou a seus moldes mais de 80 milhões de brasileiros (CNI, 2022).

Desde o início, o SENAI já exercia um grande protagonismo nos avanços educacionais. Esta fase da indústria brasileira é marcada pelo avanço dos modelos de contratos coletivos, com avanços salariais que possibilitaram que os trabalhadores se tornassem consumidores. Tais avanços salariais e o crescente avanço dos acordos coletivos, firmados pelos sindicatos, causa uma certa inquietude na classe patronal, que veem o campo ideológico se fortalecer no interior das fábricas (CNI, 2022).

Segundo Rodrigues (1998), para conter esse avanço ideológico no interior das fábricas, foi criado em 1946, o Sesi, que trazia como proposta, além, da educacional, se tornar referência nos aspectos sociais, culturais, saúde e lazer do trabalhador e digamos acalmar os ânimos dos trabalhadores. Esse período corresponde na política brasileira como uma fase marcada pela redemocratização, com a deposição de Getúlio Vargas e seu exílio no Sul do país.

De acordo com Gaspari, (2004), a segunda fase industrial brasileira, é marcada pela passagem dos presidentes Eurico Gaspar Dutra, a volta de Getúlio Vargas em 1950, a eleição de Juscelino Kubitschek em 1956, Jânio Quadros em 1960, que renuncia em 1961 assumindo em seu lugar João Goulart que será deposto pelo golpe militar de 1964.

A CNI também sofreu intervenção com o golpe militar e seus dirigentes foram removidos, assumindo, uma junta composta por três membros, sendo o mais importante deles Eurico Amado, e que passou a atacar abertamente a antiga gestão, acusando-os de conluio com comunistas. Nesse mesmo ano, após uma reestruturação no órgão, foi eleito um industrial que era também general do exército para comandar a entidade. (CNI, 2022).

No campo educacional tivemos importantes destaques para esse período: a lei 4024 de 1961, a primeira Lei de diretrizes e bases da educação brasileira - LDB, (Saviani, 2001), onde se criou entre outras coisas, a obrigatoriedade da oferta de ensino a partir dos 7 anos de idade e que regulamentou o ensino técnico no Brasil. Outro fato importante segundo Rodrigues (1997) foram os acordos firmados com o governo Norte-americano que ficou conhecido como 'MEC-USAID', que tinham como objetivos promover a reformulação do ensino brasileiro. Como efeito desses acordos, Rodrigues (1998) aponta a criação do ensino de primeiro grau e a reformulação do ensino superior com a criação dos exames vestibulares para servir de ingresso nas universidades brasileiras. (Carneiro, 2017).

Esse período culminou com a criação do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, 1969, que marcou a entrada da CNI na educação superior e nos cursos de pós graduação. Inicialmente atuando apenas com ofertas de estágio. Esse período foi marcado pela terceira fase da indústria

brasileira, onde o país precisava buscar mercado externo para seus produtos. Marca também, o modo de acumulação flexível, cuja principal característica já não está mais centrada no acúmulo de mercadorias produzidas e sim na produção de acordo com a demanda. Aqui neste modelo, conhecido como 'Toyotismo', exige-se um operário melhor qualificado, que possa pensar uma produção em pequena escala, que tenha habilidades gerenciais e capacidade de trabalhar em grupo. (Rodrigues, 1998)

De acordo com o pensamento de Gramsci (1991), a CNI foi ao longo dos anos se constituindo num partido orgânico que não adquiriu as características do partido parlamentar citado por Maquiavel, porque não necessita, necessariamente, de ser um partido político, mas carrega em sua anatomia a base estrutural da fração de um estado maior industrial, enraizada na sociedade e que dela vai se apropriando através da tríade SENAI, SESI e IEL, e assim se estabelecendo sua hegemonia na formação dos trabalhadores.

Essa consolidação da CNI como o mais importante agente industrial brasileiro, está centrada na sua força educacional e principalmente no poderio econômico, tendo em vista que cerca de 2% de todo o faturamento industrial é destinado ao sistema CNI. Essa consolidação se dá principalmente pelos fundos públicos que financiam esse sistema e pela forte coparticipação no sistema educacional brasileiro. (CNI, 2022)

Muito embora nota-se uma redução na produção industrial do país, de acordo com (CNI, 2022), a produção industrial caiu nos últimos anos de 50% de participação no produto interno bruto (PIB), para pouco menos de 22% em 2022. Segundo Lucchesi (CNI, 2022), os investimentos públicos em educação subiram de 2% para 6% do PIB, sem que isso tenha refletido em uma melhoria na qualidade de ensino. Estaria nesse cenário a CNI perdendo seu protagonismo?

A obra '200 anos de independência: a indústria e o futuro do Brasil', que é a compilação de artigos escritos por diversos autores, nos quais eles deixam claro que o caminho para a retomada do crescimento industrial brasileiro, passa por entre outros fatores, por uma redução na carga tributária e uma melhoria na qualidade de ensino, sobretudo no que diz respeito a educação profissional e tecnológica (EPT).

Assim, o problema da qualificação parece perdurar por décadas, conforme Rodrigues (1997) nos aponta em um documento (CNI, 1988), "O país, por conta das falhas do sistema educacional, não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impõe um limite estreito no seu aproveitamento." Mais de trinta anos já se passaram desde da publicação da obra de Rodrigues, e esse problema da qualificação profissional insiste em permanecer até os dias atuais.

Segundo Castro (CNI, 2022), não basta mais defendermos cotas para ingresso no ensino médio ou nas graduações, é necessário implantar um projeto educacional no país que proporcione uma educação com desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Sem esse enfrentamento estaremos fadados ao fracasso. Para ela o que se ensina nas escolas está descontextualizado com o que o mundo contemporâneo exige de uma educação que perpassa os atuais modelos de educação municipal, para um sistema único de educação básica.

Em se tratando de educação profissional e tecnológica (EPT) segundo Pacheco (2011), o Brasil tem um ótimo exemplo a ser seguido: São os Institutos Federais de Educação (IFs), que desde de 2003, aumentaram não só em quantidades de vagas ofertadas, como também na qualidade do ensino contextualizado que ofertam e também na verticalização do ensino que atende do ensino médio, com o ensino médio integrado, graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*. Essa formação omnilateral no interior dos IFs, é a contraposição do pensamento hegemônico da CNI, pois os egressos dos IFs, além de saírem dos institutos preparados para o mundo do trabalho, adquirem ao longo de sua formação uma visão globalizada do mundo que os cerca, possibilitando uma melhor compreensão das relações pertinentes ao mundo do trabalho, ou seja, na prática, aquilo que foi ajustado pelos Institutos Federais de Educação.

Segundo Rodrigues (1998), um dos pontos que se sobressai entre tantos documentos analisados por ele foi sobre o pensamento da CNI, a respeito dos gargalos da educação profissional e tecnológica, foi o estrangulamento do processo ensino aprendizagem, que ocorreu por meio da precarização da formação dos professores. Pelo visto, isso perdura até os dias atuais, senão vejamos o que Soares (CNI, 2022, pg.137), diz a respeito da formação de professores:

Precisamos recuperar a essência do que é ser professor com formação dirigida à sala de aula. A reforma na formação dos nossos profissionais precisa desenvolver uma nova cultura com autoestima, para superarmos as consequências de uma geração falando das amarguras, em vez de incentivos à grandeza da profissão.

Assim, como lá traz, na década de 90, ainda hoje, o discurso da CNI é por uma indústria nacional competitiva, que se encontre em igualdade de condições de competir com outros países. Para que se alcance isso, fica inegável a necessidade de investimos em educação. O pensamento da CNI, ainda nos dias de hoje é que o trabalhador precisa ter habilidades profissionais, ter conhecimento científico, uma visão globalizada e ser bem informado acerca das problemáticas do mundo, Buarque, (CNI, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que ao longo de seus 80 anos de existência a CNI, mantém um protagonismo através de sua tríade educacional SENAI, SESI e IEL, formando mais de 80 milhões de trabalhadores e os colocando no mercado de trabalho.

Mesmo diante da retração industrial das últimas décadas, a CNI não perdeu seu protagonismo, tornando-se cada vez mais importante nas decisões políticas e sociais do País. Entretanto, tal protagonismo tem como base primordial o seu forte envolvimento na vida educacional. Como dizia Maquiavel, ela se tornou um partido sem parlamento e está presente em todos os Estados brasileiros, enraizada, soube como ninguém chegar às esferas do poder, e mais que chegar, soube perpetuar-se no poder, muitas vezes sendo confundida com o próprio poder. Assim, o *Moderno Príncipe Industrial*, espera permanecer no tricentenário da independência do Brasil, sobretudo mantendo aquilo que é a sua especialidade: Uma educação focada nos resultados.

Para manter seu protagonismo na formação dos trabalhadores, a CNI, expandiu sua rede educacional por todo o Brasil. Presente em diversos municípios brasileiros, ela atualmente atende desde da educação infantil até os cursos de pós-graduação.

No entanto, nota-se que embora esteja presente maciçamente no processo educacional, a CNI, peca sobretudo no seu modelo de formação profissional. Isto se dá pela ausência de uma formação contextualizada. Fica sempre aquela dúvida crucial sobre a intencionalidade do ato de educar.

Tal situação nos leva a questionar se realmente o problema da Educação brasileira é a falta de recursos, pensamos que não. Pelo menos no caso do Sistema “S”, como são conhecidos o SENAI, SESI, IEL, esse problema inexistente, ou seja, não falta recursos financeiros disponíveis.

Mesmo com essa imensa rede educacional instalada em todo país o sistema “S” contribui muito pouco para resolvermos o gargalo do grande número de iletrados que se proliferam a cada ano, sobretudo nas periferias do país.

Se houvesse maior esforço político com maior porção de recursos à educação brasileira, e, em contrapartida, com menor repasse para o sistema “S”, talvez, não houvesse tal percentual de iletrados. Pois o sistema “S” não tem como alvo principal o ensino fundamental. Em Mato Grosso o SESI Escola está presente nos municípios de Cuiabá, Sinop, Várzea Grande e Rondonópolis. Oferta educação infantil, ensino fundamental, e ensino médio. Porém fica latente a concentração de recursos para os alunos a partir de certa idade, otimizando custos. Acaba de alguma forma já priorizando aqueles alunos que possuem alguma renda.

Acreditamos que o sistema “S” não precise de todo esse aporte financeiro do governo, e que pela pouca contribuição efetiva à educação brasileira, virou uma máquina consumidora de recursos públicos e de poucos retornos a sociedade que efetivamente precisaria dele. Foi, com certeza, a seu tempo, muito importante para o país, mas, hoje, acredito que não mais. Ele precisa caminhar com seus próprios recursos já que o acesso à educação no sistema “S” não é gratuito, custa caro, e ainda conta inúmeras parcerias com a iniciativa privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: Empresário do Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CNI, Confederação Nacional da Indústria. **200 anos de independência: a indústria e o futuro do Brasil / Confederação Nacional da Indústria.** – Brasília: CNI, 2022.
- CNI, Confederação Nacional da Indústria. **História e concretização do pensamento industrial.** Rio de Janeiro: CNI, 1988.
- CARNEIRO, Maristela. **História da Educação** – 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2017
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 10 ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MEC, Fundação Joaquim Nabuco. **Manifesto dos Pioneiros da educação Nova (1932), e dos educadores (1959).** Brasília, DF. Editora Massangana, 2010.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura encurralada.** São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.
- MARX, Karl. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MÉSZAROS, István. **A Educação para além do Capital.** Rio de Janeiro: Boitempo, 2005.
- PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Fundação Santilanna, São Paulo: Editora Moderna, 2011.
- RODRIGUES, Jose dos Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** 1997. 273 f Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1585310>. Acesso em: 20 out. 2024.
- RODRIGUES, José dos Santos. **O Moderno Príncipe Industrial: O pensamento pedagógico da confederação Nacional da Indústria.** São Paulo – Campinas: Autores Associados, 1988.
- SAVIANI, Dermeval. **LDB trajetória, limites e perspectivas.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

ⁱ Sobre os autores:

Odilson Sebastião da Silva (<https://orcid.org/0009000051817051>)

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de Cuiabá (1997) e pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Faculdades Integradas Matogrossenses de Ciências Sociais e Humanas, mantidas pelo ICE - Instituto Cuiabano de Educação. Tem experiência em Intervenções Pedagógicas, com ênfase em dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental. A experiência profissional incorpora o uso da biblioteca física e virtual na promoção interventiva frente a consolidação da alfabetização e

multiletramentos. Atualmente é professor efetivo da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Ângela Fátima da Rocha (<https://orcid.org/0000-0002-0252-0603>)

Possui bacharelado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso UFMT (1993), Mestrado Stricto Sensu em Engenharia Geotécnica pela Universidade de São Paulo USP/EESC (1996) e doutorado em Física Ambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso IFMT, docente e pesquisadora permanente do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT do IFMT. Participante do Grupo de Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica GPET.

Como citar este artigo:

SILVA, Odilson Sebastião da; ROCHA, Angela Fátima da. Da CNI ao sistema “S” - o pensamento hegemônico da Confederação Nacional da Indústria. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 2, p. 104-112, 30ª Edição (Especial), 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs> .

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR